

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 671748 - RJ (2015/0040606-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : MILTON TESSEROLLI FILHO
ADVOGADOS : JOSÉ CRESCENCIO DA COSTA JUNIOR E OUTRO(S)
- RJ068403
OTAVIO BEZERRA NEVES - RJ059709
AGRAVADO : CONDOMINIO DO SHOPPING ESTACAO ITAIPAVA
ADVOGADO : ANNA BEATRIZ FREIRE FEITOSA FEIJÓ - RJ093363
AGRAVADO : G5 PRECATORIOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADO
ADVOGADO : GUSTAVO CARVALHO GOMES SCHWARTZ E
OUTRO(S) - RJ169539

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. COBRANÇA EXCESSIVA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pelo recorrente, quanto à cobrança excessiva das cotas de condomínio e à ausência de litigância de má-fé, demandaria o reexame da matéria fática, o que é vedado em sede de recurso especial.
4. Somente em hipóteses excepcionais, quando exorbitante o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação em recurso especial.
5. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira
Relator

